

## A RELAÇÃO ENTRE A GESTÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

DEMerval ROGÉRIO MASOTTI<sup>1</sup>

### RESUMO

O Turismo de Base Comunitária ocorre de forma cooperada ou associada nas comunidades que mantêm o controle de maneira efetiva das atividades econômicas de forma atrelada à atividade turística. A Economia Solidária ganha expressão no Brasil ao longo da década de 1990, nessa ocasião muitas iniciativas econômicas despontaram no país, as quais se sobressaíram e foram reconhecidas pela natureza associativa de suas práticas de cooperação e autogestão. O objetivo deste estudo é avaliar se a relação entre a gestão do Turismo de Base Comunitária e a Economia Solidária viabilizam o alcance de benefícios efetivos para as localidades que adotam tais práticas. O método utilizado para a realização do estudo foi a pesquisa bibliográfica. Foi possível identificar estudos que evidenciam os benefícios econômicos alcançados pelas atividades do Turismo de Base Comunitária e que há um relacionamento estreito com os princípios da Economia Solidária, pois demonstram o protagonismo das comunidades no processo de desenvolvimento do turismo, bem como as melhorias para a qualidade de vida. Identificou-se que não é possível avaliar o sucesso do Turismo de Base Comunitária apenas pelas receitas obtidas, mas pelo efeito multiplicador que exerce sobre as economias locais que possuem outras atividades econômicas, sendo o turismo uma atividade de renda complementar. Para ampliar a compreensão sobre o assunto, recomenda-se a realização de outros estudos fazendo uso de pesquisas de campo.

**Palavras-chave:** Cooperativismo; Economia Solidária; Turismo de Base Comunitária.

### ABSTRACT

Community Based Tourism occurs in a cooperative or associated way in communities that effectively maintain control of economic activities in a way that is linked to tourist activity. The Solidarity Economy gained expression in Brazil throughout the 1990s, at that time many economic initiatives emerged in the country, which stood out and were recognized for the associative nature of their cooperation and self-management practices. The objective of this study is to assess whether the relationship between the management of Community Based Tourism and Solidarity Economy makes it possible to achieve effective benefits for the locations that adopt such practices. The method used to carry out the study was bibliographic research. It was possible to identify studies that show the economic benefits achieved by the activities of Community Based Tourism and that there is a close relationship with the principles of Solidarity Economy, as they demonstrate the leading role of communities in the tourism development process, as well as improvements to quality of life. It was identified that it is not possible to evaluate the success of Community Based Tourism only by the revenue obtained, but by the multiplier effect it has on local economies that have other economic activities, with tourism being a supplementary income activity. To broaden the understanding of the subject, it is recommended to carry out further studies using field research.

---

<sup>1</sup>Mestre em Psicologia, Docente, FATEC Jundiaí. E-mail: demerval.masotti@fatec.sp.gov.br

**Keywords:** Cooperativism; Solidarity Economy; Community Based Tourism.

## INTRODUÇÃO

São considerados como pressupostos do Turismo de Base Comunitária (TBC) determinados aspectos, tais como o protagonismo das populações locais no desenvolvimento do turismo, o fortalecimento da organização cultural, a distribuição equitativa dos benefícios socioeconômicos relacionados ao turismo. As iniciativas do TBC têm se proliferado e alcançado consolidação por meio da formação de redes, do estabelecimento de arranjos institucionais e do suporte de políticas públicas no âmbito mundial, o que pode ser observado também no contexto nacional (BOTELHO; RODRIGUES, 2016).

As discussões teóricas sobre a Economia Solidária (Ecosol) realizadas no Brasil, tiveram início na década de 1980, porém se intensificaram na década posterior devido ao surgimento dos excluídos do sistema. O movimento surgiu em um momento de críticas ao modelo neoliberal, às privatizações, à desregulamentação da economia, ao aumento da competitividade e com associação ao fortalecimento dos movimentos sociais. Apresenta como conceitos fundamentais a cooperação, a solidariedade, a autogestão, a distribuição equitativa dos resultados, o desenvolvimento de competências, a participação ativa de todos nos processos de desenvolvimento e a responsabilidade ambiental (SINGER, 2002; 2008; CONTI et al., 2018).

Para o TBC o turismo deixa de ser apenas uma atividade econômica nos padrões do capitalismo selvagem, para incorporar os conceitos da cooperação na gestão dos negócios da própria localidade, as territorialidades locais como componentes essenciais para a criação de valor para o turismo e o empoderamento da população local na busca de um desenvolvimento endógeno. Assim, a nova forma de pensar o desenvolvimento turístico considerando-o como fenômeno social, pode acarretar impactos negativos e positivos em relação à valorização da cultura local, ao protagonismo e à participação dos habitantes locais no planejamento e na gestão do próprio desenvolvimento, bem como no que diz respeito à coesão social (CONTI et al., 2018).

A prática do TBC se diferencia do turismo convencional, pois busca promover a participação de todos os indivíduos da comunidade nas atividades. Assim, a análise e compreensão do TBC demanda uma abordagem sistêmica, para examinar os processos colaborativos dos diversos membros da comunidade como um ponto crítico do sucesso da atividade. Uma vez que, o sucesso do TBC está relacionado ao caráter complementar dos produtos e serviços e à necessidade de realizar parcerias para a gestão dos recursos turísticos (BURGOS; MERTENS, 2016).

Essa nova modalidade de turismo denominada por TBC, busca manter a identidade dos povos e comunidades tradicionais, tais como indígenas, quilombolas e caiçaras. Assim, proporcionar para essas populações a oportunidade de planejar e implantar ações de turismo em suas localidades, sendo que os benefícios serão usufruídos por todos os participantes. Além disso, pode-se observar que o TBC adota práticas de gestão baseadas no modelo da Ecosol, dessa forma, observa-se que as organizações são constituídas a partir dos conceitos de cooperativismo ou associativismo, onde todos participam ativamente do processo de tomada de decisão e com o alcance de resultados são beneficiados de forma equitativa. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é avaliar se a relação entre a gestão do TBC e a Ecosol viabilizam o alcance de benefícios efetivos para as populações tradicionais das localidades que adotam tais práticas.

## **MATERIAIS E MÉTODO**

O método utilizado para realizar o presente estudo foi a pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (2008), esse método é desenvolvido com base em materiais previamente elaborados e publicados, utilizando principalmente livros e artigos científicos, além de ter como propósito avaliar diversas posições em relação a um assunto específico. Para Lakatos e Marconi (1992), a pesquisa bibliográfica apresenta como uma de suas características principais, a possibilidade de dar ao pesquisador uma bagagem teórica variada, contribuindo, assim, para que ocorra a ampliação do conhecimento, viabilizando uma significativa fundamentação teórica do tema a ser analisado.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### Características do Turismo de Base Comunitária

O TBC teve origem na América do Sul, na década de 1980, configurando-se como um modelo de gestão comunitária do legado cultural e das riquezas naturais, tendo como propósito a conquista de direitos à cidadania e o engajamento no cumprimento dos deveres, para que a partir disso seja alcançado o desenvolvimento local. Definir um marco conceitual para o TBC no Brasil, não representa uma tarefa fácil, devido à diversificação dos contextos, histórias, lugares e indivíduos, que fazem parte das diferentes iniciativas autoproclamadas como comunitárias, esse aspecto demonstra o grande desafio para compreender essa diversidade e extrair os ensinamentos que permitam subsidiar a elaboração de políticas públicas (GOBBO et al., 2018).

O surgimento do TBC ocorreu como uma alternativa e processo de reação ao modelo do turismo de massa. A nova modalidade de turismo incorpora a definição de formas inovadoras de trabalho baseado na cooperação em busca de objetivos comuns. Tal proposta é viabilizada por meio de um planejamento com fundamentação em uma participação consciente de corresponsabilidade, participação local e governança compartilhada, além disso, visando responder à demanda dos visitantes, conciliar o desenvolvimento local e a conservação da natureza (BURGOS; MERTENS, 2016).

As primeiras ações do poder público federal em apoio a um novo modelo de turismo, pode ser considerado como um marco conceitual, nesse contexto as populações tradicionais a partir de 2007 estabeleceram o conceito do TBC no Brasil, a partir da demanda social e do reconhecimento das experiências de turismo protagonizadas pelas organizações comunitárias, o que aconteceu por meio de discussões envolvendo o Ministério do Turismo, os Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, bem como determinados representantes das iniciativas locais. Em função disso, identifica-se que a atividade turística pode contribuir com a melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras, com ênfase na criação de oportunidades e benefícios reais para essas populações (GOBBO et al., 2018).

Apesar de não haver uma definição com ampla aceitação do TBC, pode-se evidenciar determinadas pressuposições que demonstram o seu alcance e objetivos. Dessa forma, as pressuposições identificadas são as seguintes: apropriação e protagonismo das comunidades no planejamento, implantação e avaliação dos projetos; escala restrita e conservação dos recursos naturais e culturais; desenvolvimento socioeconômico voltado para a comunidade local e qualidade da experiência do turista. Todavia, o que realmente torna singular a experiência do TBC é a organização e a contribuição social da comunidade, bem como a predominância dos relacionamentos sociais cooperativos nos serviços turísticos desenvolvidos (BURGOS; MERTENS, 2016).

As heranças culturais e tradições locais são respeitadas no TBC, inclusive pode contribuir para resgatá-las e revigorá-las. Apresenta no centro da sua estrutura a definição de uma relação interativa e dialógica entre visitados e visitantes. Nesse contexto de relações, os anfitriões não são submissos aos turistas e os hospedeiros não são tratados pelos turistas como simples objetos de operacionalização consumista (BURSZTYN et al., 2009).

Verifica-se que o turismo comunitário é entendido como toda forma de organização empresarial baseada na propriedade e autogestão dos recursos patrimoniais da comunidade, a partir de práticas cooperativas, trabalho equitativo e no compartilhamento dos benefícios alcançados pela prestação de serviços turísticos. O turismo comunitário exibe uma característica antropológica diferenciada, ou seja, sua dimensão humana e cultural, com o propósito de estimular o diálogo entre os iguais e relacionamentos interculturais de qualidade com os visitantes, para viabilizar o conhecimento e aprendizado dos respectivos modos de vida (MALDONADO, 2009).

Observa-se que o turismo comunitário ocorre de forma cooperada ou associada nas comunidades que mantém o controle de maneira efetiva das atividades econômicas de forma atrelada à atividade turística. O controle é verificado desde o planejamento, durante a operacionalização e na gestão dos processos, para que possibilitem o alcance da melhoria da qualidade de vida. Assim, o turismo comunitário é desenvolvido em conjunto com as demais atividades da cadeia econômica da comunidade, propiciando ações que

valorizem e intensifiquem a agricultura, a pesca artesanal e o artesanato (MACEDO et al., 2011).

Pode-se verificar que o turismo comunitário representa uma estratégia de comunicação social para as comunidades tradicionais, as quais apresentam desvantagens históricas para que desenvolvam seus respectivos modos de vida. As comunidades tradicionais são identificadas por critérios, tais como geográficos, com um território isolado; culturais, compartilhando costumes, usos, tradições, conjunto de hábitos; funções socioeconômicas, variando por métodos de produção e distribuição. Assim, comunidades e se confundem com seus modos de vida (SAMPAIO et al., 2008).

Torna-se possível afirmar que o TBC apresenta diferenças significativas em relação ao turismo convencional que se baseia no crescimento e no mercado, objetivando principalmente a produção e o lucro, já o TBC pauta-se nas práticas solidárias e democráticas de trabalho e desenvolve a distribuição equitativa das receitas alcançadas a partir da realização das atividades. Em razão disso, caracteriza-se por um modelo de organização fundamentada na propriedade e na autogestão dos recursos patrimoniais comunitários, os quais são constituídos pelos conhecimentos, pelas práticas cotidianas, pelos instrumentos e técnicas, pela terra, e pela construção do território. Trata-se das expressões do modo de vida e da organização social, do conjunto de manifestações, representações e das variadas expressões do coletivo (ARAÚJO, 2011).

### **Conceitos da Economia Solidária**

A Ecosol costuma ser definida como um modo de produção caracterizado pela igualdade de direito e dos meios de produção, os quais pertencem à coletividade de trabalhadores, esse é o ponto central desse modelo. Ao lado disso, tem a autogestão, pois os empreendimentos são geridos de forma coletiva e democrática pelos próprios trabalhadores, uma vez que cada participante tem direito a um voto. No caso de pequenas cooperativas não ocorre distinção de funções, todos realizam o que é necessário. Para as cooperativas maiores, torna-se necessário a definição de funções com atribuições específicas, especialmente quando a estrutura é de grande porte,

nesse contexto as decisões devem ser tomadas pelos responsáveis de cada um dos setores. Porém, o processo de tomada de decisão deve respeitar as diretrizes coletivas, caso isso não ocorra o coletivo poderá decidir pela substituição dos responsáveis. Assim, o funcionamento é diferente dos empreendimentos heterogestionários, no qual os responsáveis tem autoridade sobre os demais indivíduos (SINGER, 2008).

O perfil ideológico da Ecosol refere-se aos trabalhadores que apresentam valores e princípios, tais como a solidariedade, a igualdade, a participação e a democracia. Em razão disso, o direcionamento na ação social desenvolvida pelos trabalhadores com esse perfil, ocorre especialmente com a consolidação do modelo autogestionário. Tal fato, torna-se evidente quando os trabalhadores de perfil solidário demonstram a preocupação com a mudança de comportamento de empregado para o de cooperado, por parte de todos os sócios da cooperativa, dessa forma, significa que deverão participar do processo de gestão, além de realizar suas funções no processo produtivo. Assim, cada um dos membros passará a se reconhecer como participante de um projeto coletivo (AZAMBUJA, 2009).

Diferentes tipos de organizações fazem parte da Ecosol, são associações voluntárias cuja finalidade é propiciar aos seus associados o alcance de benefícios econômicos. Elas são criadas para enfrentar as carências que não são solucionadas pelo sistema dominante. Nesse contexto, possivelmente a cooperativa de produção seja a mais significativa das empresas solidárias, normalmente surge para fazer frente à ameaça da pobreza. Os trabalhadores assumem as empresas capitalistas em vias da falência, fazem isso integralizando o capital com os seus créditos trabalhistas e estabelecem uma reorganização para funcionarem como empreendimentos autogestionários (SINGER, 2002).

No Brasil o termo Ecosol ganha expressão ao longo da década de 1990, nessa ocasião muitas iniciativas econômicas despontaram no país, as quais se sobressaíram e foram reconhecidas pela natureza associativa de suas práticas de cooperação e autogestão. Com a expansão da Ecosol, possibilitou abranger diversas modalidades de organização e categorias sociais, quais sejam, as unidades informais de geração de renda, as associações de produtores e

consumidores, os sistemas locais de troca, as comunidades produtivas autóctones e as cooperativas dedicadas à produção de bens, à prestação de serviços, à comercialização e ao crédito (GAIGER, 2013).

Principalmente em países periféricos ao centro hegemônico mundial, sempre identificou-se práticas econômicas baseadas e sustentadas em laços de reciprocidade, onde a produção material busca atender as demandas coletivas e procura manter um sentido essencialmente social. É possível observar que desde o século XIX, paralelamente ao capitalismo dominante são adotadas estratégias associativas e cooperativas, com o propósito de garantir as condições de vida para importantes contingentes, além disso, permitem manter vigentes princípios de produção, organização do trabalho e circulação de riqueza, que são distintos da racionalidade estrita do capital. Assim, a Ecosol está reeditando a estratégia histórica dos trabalhadores com vínculo no movimento operário em seus primórdios, porém posteriormente distribuída em muitos locais, especialmente por conta de óbices políticos do que por singularidades supostamente irreduzíveis (GAIGER, 2013).

As pesquisas realizadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), bem como vários estudos sobre empreendedorismo, demonstram que o número de brasileiros que tornam-se empreendedores é grande, no entanto, poucos desenvolvem a iniciativa por vontade própria, mas sim pela necessidade, em razão disso, verifica-se uma alta taxa de mortalidade das empresas. No que diz respeito às cooperativas, o problema é mais significativo, pois além de ser necessário empreender, também há a necessidade de se adaptar ao modelo democrático e participativo (SOUSA, 2009).

Estudos realizados sobre a Ecosol no Brasil, concordam com as mudanças históricas que mais impactaram o surgimento e revitalização das práticas associativas e cooperativas. Com base no inventário macroeconômico do final do século XX, verifica-se em primeiro lugar, as alterações no modelo capitalista de acumulação, em função dos efeitos sobre a reconfiguração mundial dos mercados, as estruturas e cadeias de produção e a geopolítica. Vinculado a isso, tem a crise de grandes proporções que atingiu o sistema de trabalho assalariado, a qual gerou ondas de desemprego em larga escala e de



insegurança econômica, induzindo os trabalhadores na busca por alternativas de ocupação e renda (GAIGER, 2013).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

É possível observar a ocorrência de um turismo nas propriedades de agricultura familiar, o qual é orientado pelo TBC. Assim, tem como premissa um modelo de desenvolvimento turístico baseado nos princípios da Ecosol, associativismo ou cooperativismo, valorização da cultura local, protagonizado pelas comunidades locais e buscando a apropriação dos resultados alcançados com o turismo pelos membros da comunidade (PINTO, 2021).

Há uma discussão sobre a definição do TBC, pois possibilita compreensões a partir de diferentes aspectos, porém elencados nos princípios da sustentabilidade, Ecosol, cooperativismo e autogestão. Tem estudiosos que definem essa atividade como Turismo Comunitário (ALVES, 2013). No entanto, a discussão não refere-se ao nome, mas sim sobre a definição, no que diz respeito aos princípios e a aplicação prática dessa atividade. Nesse sentido, verifica-se o seguinte conceito sobre o Turismo Comunitário:

[...] toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos (MALDONADO, 2009, p. 31).

Pode-se identificar que a empresa comunitária faz parte da Ecosol, movimenta os próprios recursos e valoriza o patrimônio comum, com o objetivo de proporcionar trabalho e meios de sobrevivência para os seus membros. O propósito da empresa comunitária não é o lucro nem a apropriação individual dos benefícios conquistados, mas sim a distribuição de forma igualitária, por meio do investimento em projetos de caráter social ou de produção (MALDONADO, 2009).

Ao analisar em 2005 a realidade brasileira, com base no estudo da Secretaria de Economia Solidária (SENAES), a partir de uma amostra com cerca de quinze mil empreendimentos econômicos solidários, pode-se observar uma série de diferenças ao se comparar com a experiência desenvolvida na Espanha. No que diz respeito às experiências brasileiras, ainda são recentes e

buscam superar o estágio inicial representativo de sua missão original e responder à demanda de emprego nas situações de instabilidade no mercado de trabalho. Além disso, merece destaque as dimensões continentais do Brasil, bem como as diferenças regionais e intrarregionais que influenciam na forma de organização e atuação dos empreendimentos, tais como a desarticulação pela falta de redes de colaboração e apoio mútuo; o deficiente processo de educação e integração social que visa os princípios e propósitos cooperativistas e a ênfase na escala, ressignificando o local, inclusive desvinculando-o dos movimentos regionais, nacionais e globais. Portanto, há muitas barreiras para desenvolver uma estrutura que possibilite a criação de um círculo virtuoso, mesmo a partir das experiências mais bem sucedidas (SAMPAIO et al., 2008b).

Em relação à organização do TBC no contexto nacional, foi instituído de maneira formal em 2003 quando ocorreu a criação da Rede de Turismo Solidário e Comunitário (Turisol), a qual foi idealizada a partir das discussões desenvolvidas durante um programa de cooperação da Embaixada Francesa no Brasil no setor de Ecosol, que tinha como propósito favorecer o debate sobre o turismo solidário no país. Em razão disso, a Rede Turisol passa a ser articulada informalmente por um grupo de sete iniciativas de turismo comunitário, quais sejam, Projeto Bagagem, Acolhida na Colônia, Rede Tucum, Casa Grande, Saúde e Alegria, Mamirauá e Silves, contando com o apoio do Instituto Virtual do Turismo (UFRJ), do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério de Desenvolvimento Agrário (CONTI et al., 2018).

Ao analisar o Plano Nacional de Economia Solidária de 2015, verifica-se que no âmbito das políticas públicas, o turismo não encontrava-se reconhecido como participante da Ecosol. Tal fato, foi identificado, pois no plano existe apenas uma menção ao termo turismo solidário na seção Linhas de Ação. Desenvolvimento das Capacidades Produtivas, inserida no eixo Produção, Comercialização e Consumo Solidários. Nessa linha de ação, está previsto um programa de turismo solidário voltado aos povos e comunidades tradicionais, com o propósito de usar o potencial turístico local em benefício do fortalecimento dos empreendimentos solidários que se encontram nas comunidades. Porém, não se identificou ações referentes à implantação desse

programa, embora a SENAES tenha disponibilizado vários editais para consulta pública (CONTI et al., 2018).

**Tabela 1.** Princípios do TBC e da Ecosol.

PRINCÍPIOS DO TBC	PRINCÍPIOS DA ECOSOL
Autogestão	Autogestão
Associativismo e Cooperativismo. Centralidade da produção, parceria e participação.	Cooperação
Democratização de oportunidades e benefícios.	Solidariedade
Protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta dos bens e serviços turísticos.	Ação econômica
Valorização da cultura local.	

**Fonte:** Conti et al. (2018).

Mesmo com as convergências identificadas na Tabela 1, o TBC atualmente não se encontra representado no movimento formal da Ecosol, dessa forma, as organizações turísticas reconhecidas tanto pela população quanto pelo meio acadêmico como sendo de base comunitária, ainda não são reconhecidos como empreendimentos econômicos solidários. Em função disso, não são contemplados pelas políticas de fomento, incentivo e divulgação de tais negócios voltados para o turismo, além disso, não contam com representação nos fóruns da Ecosol (CONTI et al., 2018).

Pode-se afirmar que o TBC e a Ecosol se alinham no sentido de apresentar alternativas às maneiras convencionais de organização do trabalho, por meio de associações e cooperativas ou grupos informais, que se encontram articulados para serem os proprietários dos meios de produção, bem como os tomadores de decisões a serem implantados. A partir disso, o TBC pode ser contemplado do ponto de vista teórico como uma área da Ecosol, pois determina que as comunidades locais tradicionais devem ser responsáveis pela gestão do turismo e pela oferta dos produtos e serviços consumidos pelos turistas (CONTI et al., 2018).

Torna-se possível identificar diversas aproximações teóricas entre a Ecosol e o TBC, especialmente em relação à crítica ao modelo econômico capitalista vigente e no que diz respeito aos princípios comuns entre os

movimentos. Todavia, o TBC não está formalmente representado no movimento da Ecosol, devido aos seguintes motivos: empreendimentos e experiências de TBC não estão presentes e não tem representação nos ambientes de articulação do movimento da Ecosol, pautas do TBC não conquistam adesão às reivindicações do movimento de Ecosol, negócios e experiências do TBC não são naturalmente reconhecidos como empreendimentos econômicos solidários e não estão inseridos no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), assim, o tema do TBC não faz parte da agenda de políticas públicas da Ecosol (CONTI et al., 2018).

Embora ainda existam poucos estudos evidenciando os benefícios econômicos alcançados pelas atividades do TBC, verifica-se que o relacionamento estreito entre as formas de organização das iniciativas e os princípios da Ecosol demonstram o protagonismo das comunidades no processo de desenvolvimento do turismo, bem como as melhorias para a qualidade de vida. Apesar dos empreendimentos de turismo comunitário serem voltados para o mercado, visam construir uma economia turística baseada no associativismo de maneira igualitária, na qual a população envolvida participe ativamente da produção dos bens e serviços oferecidos aos turistas. Vale ressaltar, que não é possível avaliar o sucesso do TBC apenas pelas receitas obtidas, mas pelo efeito multiplicador que exerce sobre as economias locais, que possuem outras atividades econômicas, ou seja, o turismo trata-se de uma atividade de renda complementar. Esse aspecto é fundamental ao analisar a inserção dessas iniciativas de prestação de serviços em parques nacionais, com o propósito de contemplar a necessidade de equilibrar a geração de receitas com a proteção dos recursos naturais (BURSZTYN, 2012; BOTELHO, RODRIGUES, 2016).

O processo de incubação de uma operadora de receptivos populares em Salvador na região do Cabula e entorno com especialização em roteiros alternativos, que fez parte do processo de desenvolvimento do projeto de TBC, possibilita verificar de forma clara que o local se torna significativo como referência metodológica para o fortalecimento das ações relacionadas ao cooperativismo e Ecosol (RIBEIRO et al., 2013). Em razão dos aspectos intrínsecos do projeto em questão, observa-se o seguinte:

[...] turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (RIBEIRO et al., 2013).

Ao avaliar as ações desenvolvidas na Colônia Witmarsum no Paraná, por conta de ser um destino cada vez mais procurado, verifica-se que o turismo tem apresentado impactos positivos na colônia, movimentando a economia local e possibilitando a obtenção de uma receita adicional para a comunidade. O desenvolvimento turístico pode ser atribuído a um aspecto chave que se trata do trabalho coletivo, o qual já era desenvolvido na comunidade. Assim, a ação coletiva realizada quase que integralmente desde a organização inicial da atividade turística, viabilizou o crescimento da comunidade e possibilitou que ela se tornasse cada vez mais atrativa. Além disso, observa-se que os empreendedores locais também contribuíram significativamente, pois melhoraram de forma gradativa os seus produtos e criaram novas opções para os visitantes da comunidade (PINTO, 2021).

## CONCLUSÃO

Identificou-se a relação entre a gestão do Turismo de Base Comunitária e a Economia Solidária, bem como o alcance de benefícios por parte das comunidades tradicionais, mas de maneira ainda sutil, pois as práticas tanto de TBC quanto de Ecosol encontram-se em um estágio bastante incipiente, mas demonstra que se houverem intervenções da iniciativa privada, do poder público e do ambiente acadêmico, por exemplo, prestando auxílio e suporte às comunidades tradicionais, o movimento pode se intensificar e ter seus resultados alavancados. Esse estudo pode contribuir para a melhoria do setor de turismo e com as ações voltadas para a preservação do meio ambiente, especialmente das áreas protegidas onde é possível realizar atividades do TBC. Porém, recomenda-se a realização de estudos com métodos baseados em pesquisas de campo com coletas de amostras em diversas regiões, contextos e diferentes povos tradicionais. Assim, possibilitará a ampliação do conhecimento e compreensão sobre o assunto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, K. Turismo de Base Comunitária: fundamento histórico e abordagens conceituais. In: SILVA, F. P. S. **Turismo de Base Comunitária e Cooperativismo: articulando pesquisa, ensino e extensão no Cabula e entorno**. Salvador: EDUNEB, 2013. pp. 81-92.

ARAÚJO, M. O Início do Pensamento em Torno do Turismo de Base Comunitária: estudo de caso na comunidade de Galiléia, município de Caparaó, Minas Gerais, Brasil. **Turismo em Análise**, Vol. 22, Nº 2, pp. 238-276, 2011.

AZAMBUJA, Os Valores da Economia Solidária. **Sociologias**, Vol. 11, Nº 21, 2009.

BOTELHO, E. S.; RODRIGUES, C. G. O. Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 280-295, ago. 2016.

BURGOS, A.; MERTENS, F. As redes de colaboração no turismo de base comunitária: implicações para a gestão participativa. **Tourism & Management Studies**, Vol. 12, Nº 2, 2016.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 2009. pp. 76-91.

BURSZTYN, I. **Desatando um nó na rede: sobre um projeto de facilitação do comércio direto do turismo de base comunitária na Amazônia**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE, UFRJ, Rio de Janeiro: 2012. orientador: Roberto Bartholo dos santos Júnior.

CONTI, B. R.; ROCHA, L. R. V. G.; VITEZE, N. N. Economia Solidária e Turismo de Base Comunitária: conexões teóricas e os movimentos sociais no estado do Rio de Janeiro. **Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica**, Vol. 12, Nº 2, 2018.

GAIGER, L. I. A Economia Solidária e a Revitalização do Paradigma Cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 28, Nº 82, pp. 211-228, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOBBO, G.; NUNES, E. J. F.; MORAIS, A. L. S. Círculo de Estudos, Observatório de Educação e Turismo de Base Comunitária: Contribuições de Metodologias Participativas para o Desenvolvimento Local. **Revista FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Vol. 27, Nº 52, pp. 60-71, 2018.

LAKATOS, M. E.; MARCONI, M. A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 1992.

MACEDO, R. F.; MEDEIROS, V. C. F. A.; AZEVEDO, F. F.; ALVES, M. L. B. Ecoturismo de base comunitária: uma realidade ou uma utopia. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Vol. 9, Nº 2, pp. 437-448, 2011.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 2009. pp. 25-44.

PINTO, L. S. **Turismo Rural De Base Comunitária: proposta de roteiro para cooperativa COPASOL Cachoeira, Antonina – PR**. Orientadora Letícia Bartoszeck Nitsche. 2021. 103 f. TCC (Graduação) - Curso de Graduação em turismo, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná. 2021.

RIBEIRO, L. L.; NOGUEIRA, M. F.; GUIMARÃES, S. S. Cooperativismo Popular e Economia Solidária, um Panorama da Experiência da ITCP-COAPPES/UNEB. In: SILVA, F. P. S. **Turismo de Base Comunitária e Cooperativismo: articulando pesquisa, ensino e extensão no Cabula e entorno**. Salvador: EDUNEB, 2013. pp. 25-34.

SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, F. K.; FALK, V. C. V. Arranjo Socioproductivo de Base Comunitária: interconectando o turismo comunitário com redes de comércio justo. **Revista Turismo Visão e Ação**, Vol. 10, Nº 02, 2008.

SAMPAIO, C. A. C.; LEÓN, I. C.; DALLABRIDA, I. S; PELLIN, V. Arranjo Socioproductivo de Base Comunitária: arranjos produtivos locais pensados como arranjos institucionais. O Caso da Mondragón Corporação Cooperativa. **O&S**, Vol. 15, Nº 46, 2008b.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Economia Solidária. **Estudos Avançados**, Vol. 22, Nº 62, 2008.

SOUSA, L. P. Cooperativismo: conceitos e desafios à implantação da economia solidária. **Vitrine da Conjuntura**, Vol. 2, Nº 2, 2009.